

## 2. Amplitude e Sentido da Reforma

A reforma educacional do governo Antônio Carlos atingiu o ensino primário e normal. A opção por esse nível de ensino se justificou, como já vimos, pela posição estratégica ocupada pela escola primária em seu programa de governo - democracia = ampliação do direito de voto a todos os cidadãos.

Cidadão = indivíduo escolarizado e formado.

Ampliação do direito de voto = ampliação da escolaridade para o povo = oferta da escola primária. A essa justificativa de cunho político ideológico, se integram fatores de ordem prática que, naturalmente, condicionaram essa escolha. Entre estes fatores se incluem as reivindicações dos grupos renovadores no sentido da difusão da escola primária no País; as exigências de formação de mão-de-obra; a necessidade, em virtude da divulgação de novas idéias no País, de um programa de inculturação ideológica mais intenso, que atingisse não só os novos grupos urbanos, mas também as populações rurais, cujo contatamento era até então feito pela exclusão, quase que total, dos benefícios de que eram portadores os membros da elite; e, finalmente, pela legislação em vigor, que, orientando-se pelo princípio da descentralização, conferia aos Estados ampla autonomia em relação ao ensino primário e ao técnico, que incluía o Curioso Normal, encarados como a instrução destinada ao povo, reservando-se à União o ensino secundário e superior, de formação das elites. Assim, embora tenha criado, nos limites impostos pela legislação, o ensino em vigor no País, a Universidade de Minas Gerais (20) segunda do País, e quatro estabelecimentos de ensino no secundário - 1 em Muzambinho, 1 em Teófilo Otoni 1 em Uberlândia e 1 em Uj / em regime de internato e externato, com uma

matrícula de 1763 alunos; (21) as atenções do governo Antônio Carlos concentraram-se sobre o Ensino Primário e Normal, sendo que as preocupações em relação ao último se devem ao fato de considerar o trabalho do professor a base sobre a qual repousa a educação primária, principal responsável por seu êxito ou fracasso.

Francisco Campos, em seu discurso de posse na Secretaria dos Negócios do Interior, em 8/9/1926, afirma:

"ORGANIZAR A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM MOLDES SIMPLES E CONCISOS, DE MODO A AUMENTAR O SEU COEFICIENTE DE RENDIMENTO ÚTIL E A FACILITAR E INCREMENTAR A SUA INTENSA DIFUSÃO, TORNANDO-A PRESENTE E EFICAZ EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO, CUJA ÁREA DEVE TENDER, O MAIS RAPIDAMENTE QUE FOR POSSÍVEL, A COINCIDIR COM A SUA ÁREA GEOGRÁFICA, INCORPORANDO, ASSIM, OS BENEFÍCIOS DA CIVILIZAÇÃO A Densa E COMPACTA MASSA DE ANALFABETOS, TRANSFORMANDO-OS EM OUTROS TANTOS INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE BENS ECONÔMICOS E ESPIRITUAIS; AI ESTÁ UMA URGENTE E IMPERATIVA EXIGÊNCIA, NÃO SOMENTE DA NOSSA VOCAÇÃO DEMOCRÁTICA, COMO DOS INTERESSES FUNDAMENTAIS DA CIRCULAÇÃO E INCREMENTO DA RIQUEZA COLETIVA". (22)

Neste primeiro pronunciamento de Campos, como titular da Pasta do Interior, já é possível detectar o sentido e a dimensão da reforma prevista no setor educacional. Ao se propor "A ORGANIZAR O ENSINO EM TERMOS SIMPLES E CONCISOS, DE MODO A AUMENTAR O SEU COEFICIENTE DE RENDIMENTO ÚTIL E A FACILI-